

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO MÍDIAS NA EDUCAÇÃO

**ADRIANA LÚCIA DOS REIS**

**EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: UM BREVE HISTÓRICO DA MODALIDADE DE  
ENSINO QUE BUSCA QUALIFICAR PESSOAS PARA O MERCADO DE  
TRABALHO**

JUIZ DE FORA  
2018

**ADRIANA LÚCIA DOS REIS**

**EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: UM BREVE HISTÓRICO DA MODALIDADE DE  
ENSINO QUE BUSCA QUALIFICAR PESSOAS PARA O MERCADO DE  
TRABALHO**

Artigo apresentado como requisito parcial para aprovação no Curso de Especialização Mídias na Educação, da Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora.

Orientador: Prof. Dr Jorge Felz.

JUIZ DE FORA  
2018

**ADRIANA LÚCIA DOS REIS**

**EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: UM BREVE HISTÓRICO DA MODALIDADE DE  
ENSINO QUE BUSCA QUALIFICAR PESSOAS PARA O MERCADO DE  
TRABALHO**

Artigo apresentado como requisito parcial para aprovação no Curso de Especialização Mídias na Educação, da Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora.

Aprovada em:

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Jorge Felz

---

Membro da banca

---

Membro da banca

## Resumo

O presente artigo apresenta um panorama histórico da educação profissional, e o comportamento do mercado de trabalho em uma economia globalizada. O artigo mostra como a educação profissional foi consolidada no Brasil por meio de leis e decretos bem como a iniciativa de Instituições privadas. O equilíbrio socioeconômico é uma das maiores preocupações dos municípios brasileiros. São grandes os desafios que existem na relação trabalho e educação dentro de uma economia. O governo preocupa-se em oferecer educação voltada para o mercado de trabalho e assim poder gerar emprego e conseqüentemente renda. Entender como se movimenta este mercado de trabalho tem se tornado cada vez mais importante e aqueles que procuram uma colocação de trabalho dentro de uma empresa tomam consciência de que entender a dinâmica desse mercado pode ser decisiva para se conseguir êxito profissional.

Palavras-chave: Educação Profissional; Políticas Públicas; Mercado de Trabalho.

## Abstract

This article presents a historical overview of professional education, and the behavior of the labor market in a globalized economy. The article shows how professional education was consolidated in Brazil through laws and decrees as well as the initiative of private institutions. Socioeconomic balance is one of the major concerns of Brazilian municipalities. There are great challenges in the relationship between work and education within an economy. The government is concerned with providing education geared to the labor market and thus generate employment and consequently income. Understanding how this labor market moves has become increasingly important and those seeking a job placement within a company are aware that understanding the dynamics of this market can be decisive for achieving professional success.

**Keywords:** Professional Education; Public policy; Job Market.

## 1. Introdução

A preparação para o mercado de trabalho através da qualificação profissional não é algo recente no Brasil é um abordagem que tem mais de um século. A qualificação profissional no Brasil começa com um caráter assistencial e vai avançando até formar profissionais que pudessem atender a demanda criada pelo mercado de trabalho que passou por grandes transformações.

Para atingir os objetivos propostos utilizam-se a pesquisa bibliográfica, pois este artigo é desenvolvido a partir de contribuições de diversos autores para fazer uma análise do ensino profissional no mercado de trabalho e a documental, pois são analisadas informações de artigos que abordam o tema. São utilizados também dados do Ministério da Educação (MEC) entre outros.

O estudo tem importância na medida em que cada vez mais as instituições educacionais buscam se adaptar as mudanças que ocorrem no mundo do trabalho e assim fornecer uma capacitação que possa ser capaz de satisfazer à demanda profissional existente.

No Brasil as iniciativas de se desenvolver os processos de qualificação profissional passou por diversas etapas que foram desde atender as necessidades de interesse por parte das classes sociais dominantes, bem como por uma perspectiva assistencialista que tinha como objetivo dar suporte aos pobres e órfãos privados de condições sociais e econômicas adequadas.

Segundo Fonseca a formação do trabalhador no Brasil teve os primeiros registros com os índios e com os escravos nos engenhos. Eles foram designados a fazer os trabalhos manuais e braçais e isso acabou limitando a participação deles em executar outras profissões diferentes. Desta forma "... habituou-se o povo de nossa terra a ver aquela forma de ensino como destinada somente a elementos das mais baixas categorias sociais". (Fonseca, 1961, p. 68)

As primeiras iniciativas, com o objetivo de se criar um ensino profissional no Brasil, tinham mero caráter assistencial. Em 1809, foi fundado pelo príncipe D. João, no Rio de Janeiro, o Colégio das Fábricas. Posteriormente, nesse contexto do ensino profissional no Brasil, foram criadas os Liceus de Artes e Ofícios, que também que tinham, como finalidade, a capacitação dos órfãos e filhos de operários aqueles jovens considerados desafortunados.

O Decreto-Lei nº 7.5662, de 23 de setembro de 1909, sancionado pelo então Presidente da República Nilo Peçanha, instituiu oficialmente a educação profissional brasileira que era vista como instrumento de capacitação ou adiestramento para atender ao crescente desenvolvimento. O ensino profissional então foi delegado ao Ministério de Indústria e Comércio.

A partir daí, em todo o século XX, as ações relacionadas com o ensino profissional tiveram sua finalidade regulamentada por leis. No ano de 1920 a Câmara de Deputados consolidou políticas para a extensão desse ensino não apenas a uma parte da população considera desafortunada. Após a Revolução de 1930 criou-se então o Ensino Remodelagem do Ensino profissional. E no ano seguinte por meio do então Ministro Francisco Campos aconteceu a regulamentação e organização do ensino profissional no Brasil.

A Constituição de 1937 definia como obrigação do Estado o ensino vocacional. A Constituição brasileira de 1937 foi a primeira a tratar especificamente de ensino técnico, profissional e industrial, estabelecendo o seguinte no artigo 129:

O ensino pré-vocacional e profissional destinado às classes menos favorecidas é, em matéria de educação, o primeiro dever do Estado. Cumpre-lhe dar execução a esse dever, fundando institutos de ensino profissional e subsidiando os de iniciativa dos Estados, dos Municípios e dos indivíduos ou associações particulares e profissionais. É dever das indústrias e dos sindicatos econômicos criar, na esfera de sua especialidade, escolas de aprendizes, destinadas aos filhos de seus operários ou de seus associados. A lei regulará o cumprimento desse dever e os poderes que caberão ao Estado sobre essas escolas, bem como os auxílios, facilidades e subsídios a lhes serem concedidos pelo poder público.

O avanço da industrialização fez com que acontecesse um aumento no número de escolas profissionalizantes no Brasil passando assim a ser encarado como um ponto chave para o desenvolvimento econômico do país. Um momento marcante ocorreu no início do século XX quando por meio do decreto nº 13.064 foi aprovado o novo regulamento das Escolas de Aprendizes e Artífices. “(...) o Congresso, pela lei nº 3454 de 06 de janeiro de 1918 autorizou o governo a rever a questão do ensino profissional no país(...)” (Fonseca, 1961, p. 177). Também foram criadas as Escolas de ensino agrícola e as escolas-oficinas destinadas à formação de ferroviários que pudessem atender o então setor de ferrovias que estava em crescimento.

Em janeiro de 1937 aconteceu a assinatura da Lei 378 que transformava as Escolas de aprendizes e Artífices em Liceus Profissionais com o objetivo de oferecer ensino profissional de diferentes segmentos e graus. Surge a criação de Leis Orgânicas da Educação Nacional e criação de entidades especializadas.

No conjunto das Leis Orgânicas da Educação Nacional, o ensino secundário e o ensino normal têm como objetivo “formar as elites condutoras do país”, enquanto para o ensino profissional define-se como objetivo oferecer “formação adequada aos filhos dos operários, aos desvalidos da sorte e aos menos afortunados, aqueles que necessitam ingressar precocemente na força de trabalho”. (CAMPELO; LIMA FILHO, 2008, p. 123). 2000

A Lei 5.692/71 de forma compulsória determinou a profissionalização com finalidade do segundo grau expandindo assim a educação profissional para outras instituições de ensino que não fossem referenciadas. A criação de leis, decretos e estatutos asseguraram a essa modalidade de ensino profissional uma funcionalidade dentro dos cenários então apresentados em cada período na sociedade brasileira. Esta normatização da educação profissional por meio do Ministério da Educação e Cultura (MEC) também criou uma série de programas visando o incentivo ao ingresso e permanência dos jovens nos cursos.

O Decreto nº 2.208/97 que regulamentou até julho de 2004 a educação profissional propunha a modernização do ensino profissional no País, “de maneira a acompanhar o avanço tecnológico e atender às demandas do mercado de trabalho que exige flexibilização, qualidade e produtividade. Na concepção da proposta, a educação profissional conduzirá ao permanente desenvolvimento das aptidões para a vida produtiva” (MORAES, 1998). A educação profissional passa a ser um processo de educação permanente, aberto aos egressos da escola formal (ensino fundamental, médio e superior) e também aos trabalhadores em geral (independente da escolaridade alcançada pelos mesmos).

Segundo Frigotto (2000) o Brasil dos anos de 1990 registra uma mudança profunda do sistema educacional como um todo. Essas mudanças acabam por ampliar o processo de exclusão social, além de fragilizar a esfera pública, fortalecendo o ideário utilitarista e individualista próprio do mercado livre e autorregulado. Para o autor, é dentro desse ideário que, nas políticas públicas para a educação profissional ressurgem “a ideologia das competências, das habilidades e

as noções ideológicas de empregabilidade, trabalhabilidade ou laboralidade”. (Frigotto, 2000, p. 349)

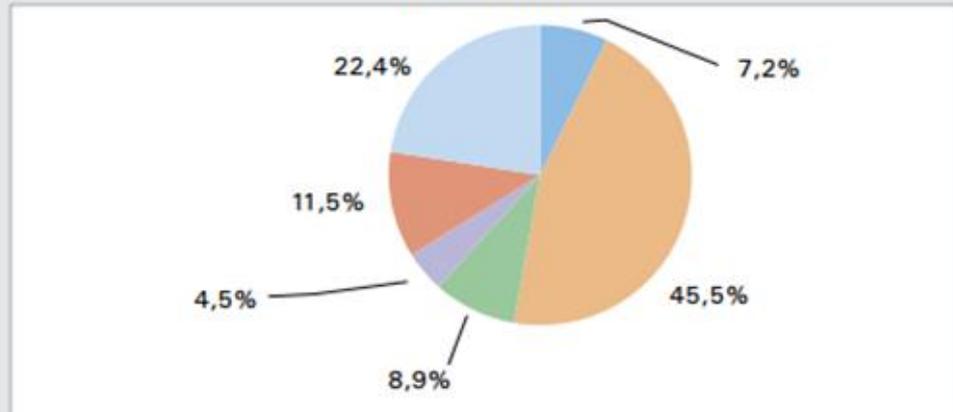
As profundas modificações de paradigmas que têm ocorrido no mundo do trabalho trazem novos desafios para a educação. O mercado passou a exigir fronteiras cada vez mais flexíveis objetivando uma maior circulação de bens e serviços dentro da economia. Todo esse movimento trouxe uma nova mobilidade para as relações comerciais, sociais e trabalhistas que a passou a determinar um novo projeto educativo, independentemente da área, das atribuições ou do nível hierárquico em que o trabalhador atue.

A formação profissional não se esgota na conquista de um certificado ou diploma. A nova política estabelece a educação continuada, permanente, como forma de atualizar, especializar e aperfeiçoar jovens e adultos em seus conhecimentos tecnológicos. Muitos encontram na educação profissional uma maneira mais rápida de ingressar no mercado de trabalho.

De acordo com os dados apresentados pelo Mapa do Trabalho divulgado pelo SENAI no ano de 2012 o Brasil precisaria formar 7,2 milhões de trabalhadores em nível técnico para atuar em profissões industriais até o ano de 2015. Esta demanda de mão de obra profissional produzirá oportunidades em 177 postos de ocupação dentro da indústria. Esta previsão de demanda por profissionais de nível técnico no período de 2011 até 2015 é 24% maior do que a registrada para o período de 2008/2011. (<http://www.portaldaindustria.com.br/agenciacni/noticias/2012/09/industria-precisara-de-72-milhoes-de-tecnicos-ate-2015-1/>)

Importante destacar que a educação profissional desempenha um papel importante por ter um tempo de formação mais curto o que acaba permitindo uma colocação no mercado de trabalho de forma a conciliar trabalho e estudo. Segundo dados da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (Setec MEC) a educação profissional deve cumprir seu papel em atender a jovens e adultos que buscam na educação profissional uma formação capaz de inseri-los no mundo do trabalho.

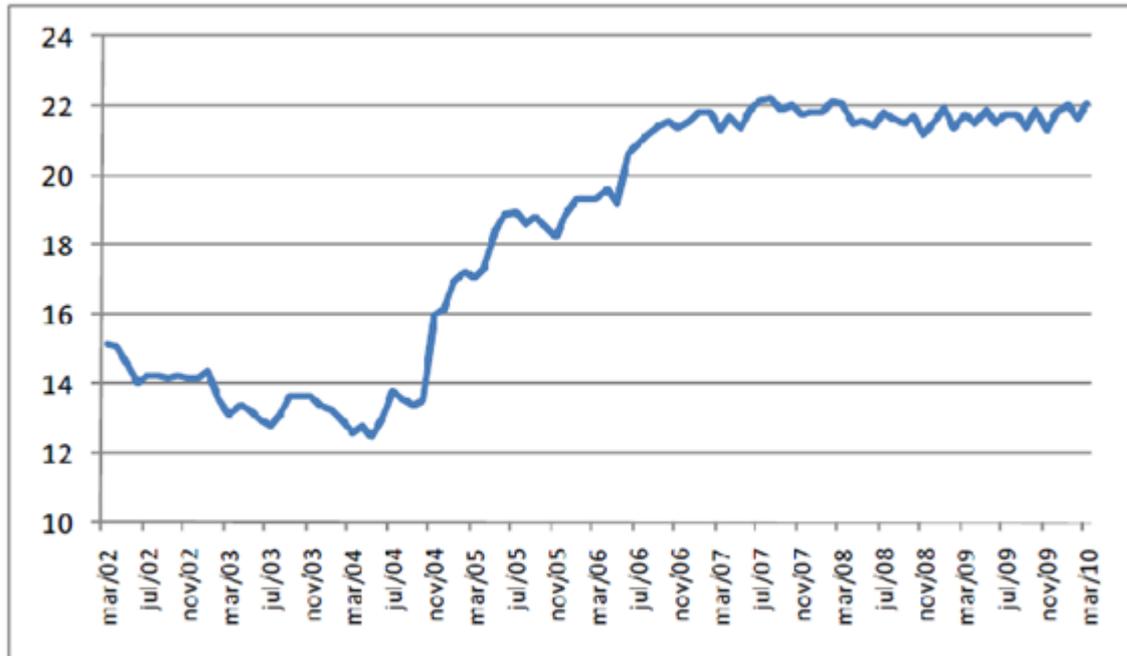
**Gráfico 19 - Distribuição percentual das pessoas de 10 anos ou mais de idade que frequentavam curso de qualificação profissional, por área profissional do curso de qualificação profissional Brasil - 2007**



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2007.

Dados do Censo de 2011 dão conta de que em todo o Brasil há 1.250.900 alunos matriculados em cursos de educação profissional no Brasil. As escolas privadas são responsáveis por metade dessas matrículas, as estaduais por 35% e as federais por 15%. (IBGE).

### Concluiu curso de Educação profissional



Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PME/IBGE

O gráfico acima representa mês a mês a evolução de uma parte da população acima de 10 anos que concluíram os cursos de educação profissional em geral. Em março de 2004 12,56% da população em idade ativa das seis principais metrópoles concluíram o curso profissionalizante em março de 2010 este número era de 22,05% um crescimento de 75,6% na conclusão destes cursos.

Segundo o diretor-geral do SENAI, Rafael Lucchesi “As 21 profissões técnicas mais demandadas pela indústria tem o salário médio inicial de R\$ 2 mil e os profissionais com mais de 10 anos de carreira podem ganhar até R\$ 5,7 mil, demonstrando que a educação profissional tem um verdadeiro sentido de mobilidade social. A educação profissional é uma importante porta de entrada do jovem brasileiro no mercado de trabalho e consequentemente no curso superior. Segundo pesquisa do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) 72% dos ex-alunos dos cursos técnicos conseguem trabalho no primeiro ano depois de se formarem e alcançam renda média de 2,6 salários mínimos, cerca de R\$ 1,6 mil. (<http://www.ap.senai.br/?p=30300>)

Na atualidade o ensino profissional no Brasil tem progredido por meio de novos conceitos e de novos métodos, destacando a importância da preparação dos jovens para o mercado de trabalho. As instituições de ensino como responsáveis

pelo planejamento educacional, institucional, curricular do ensino devem se adequar as mudanças que vivenciamos no mercado de trabalho, desta forma achar o caminho a ser percorrido para que a educação profissional no Brasil possa cumprir seu papel com qualidade.

As mudanças nas tecnologias e na forma como as instituições estão organizadas provocam impactos nas relações de trabalho. Um dos grandes desafios que a Educação Profissional enfrenta nos dias atuais é o de se adaptar a inclusão das tecnologias na prática do ensino e aprendizagem. Nesse contexto de uma sociedade em constante mudança, vale destacar como a educação profissional desempenha um papel importante por ter um tempo de formação menor, o que acaba permitindo com que os alunos conciliem trabalho e estudo e desta forma podem ser inseridos no mundo do trabalho.

O uso de ferramentas tecnológicas mostra-se como um aliado muito importante e mostra ser capaz de afetar positivamente a relação ensino e aprendizagem. A velocidade de comunicação, a troca de informações, flexibilidade de horário e lugar, são alguns dos pontos altos a se destaca quando pensamos no uso da tecnologia na educação. Desta forma, ao pesquisar as diversas formas de mídias digitais, como plataformas, redes sociais, aplicativos, etc. é possível considerar como a utilização das mesmas oferecem um novo caminho a ser percorrido por essa modalidade de ensino e assim acompanhar a transformação que essas mídias digitais levou para a sociedade.

Grande parte das rotinas que praticamos tem um toque de tecnologia, quer seja no trabalho, academia, lazer entre outras coisas. Trazer esse potencial que a tecnologia tem para dentro da sala de aula é positivo em muitos aspectos. A inserção das tecnologias no ensino e aprendizagem possibilita construir e compartilhar conhecimentos dentro de um mundo digital, onde posteriormente o que for produzido ali poderá ser levado para o mundo real.

Durante o curso Mídias na Educação, ministrado pela Universidade Federal de Juiz de Fora, foi criado um site denominado Educação e Tecnologia que teve como objetivo a postagem das atividades e produtos feitos durante o curso e que apresentava a tecnologia como ferramenta pedagógica. Na página intitulada TCC – Produtos, foi adicionado um link com o primeiro produto escolhido, um vídeo com uma entrevista realizada com a Professora Fabrícia Soares, onde ela fala a respeito

de como a tecnologia é inserida em suas aulas e também alguns dados da Agência Brasil sobre o uso de dispositivos eletrônico pelos jovens. O segundo produto escolhido para ser apresentado no site foi o Ensaio Fotográfico intitulado: Imagem em Ação – Passado e Presente: Um olhar sobre a Cidade de Três Rios, neste ensaio, foram inseridas fotos fornecidas pelo Acervo da Casa de Cultura de Três Rios que retratam imagens que remontam ao início do século XX, e ao lado são apresentadas fotos dos mesmos lugares nos dias atuais.

Durante o processo de criação dos produtos foi possível perceber que a utilização de recursos tecnológicos são importantes ferramentas capazes de produzir conhecimento que pode ser compartilhado com os alunos, isto porque na produção de muitos dos conteúdos escolhidos eles podem participar usando os próprios dispositivos eletrônicos para capturar imagens, fazer pesquisas, gravar áudios, vídeos e etc. Esse tipo de dinâmica tem como objetivo fazer com que os alunos possam aprender e ao mesmo tempo sentir que estão fazendo parte do processo de sua formação e também serão estimulados.

## **Conclusão**

Do estudo desenvolvido foi possível concluir que historicamente a educação profissional cumpriu diversos papéis no Brasil. Os cursos profissionalizantes tornaram-se uma das principais respostas do setor educacional às necessidades e demandas da sociedade brasileira, uma vez que o progresso tecnológico causou profundas transformações e alterações nos modos de produção, distribuição da força de trabalho e na sua qualificação.

Ao analisar a trajetória da educação profissional no Brasil diante desse contexto verificamos como as políticas públicas educacionais adotadas contribuíram para consolidação dessa formação juntamente com os cursos ofertados pelas instituições públicas e pelas instituições privadas.

Por fim podemos verificar que historicamente a educação profissional surgiu como uma resposta assistencial para uma parcela da população considerada desafortunada, mas acabou se tornando uma ferramenta importante para a inserção no mercado de trabalho tendo como um dos objetivos principais buscar a redução dos índices de desemprego da população e também a criação de renda.

## Referências

MACEDO, R.. Seu diploma sua prancha: como escolher sua profissão e surfar no mercado de trabalho. São Paulo: Saraiva, 1998

SEVERINO, Antonio Joaquim; FAZENDA, Ivani Catarina Arantes (Orgs.). Políticas Educacionais: o ensino nacional em questão. Campinas. SP: Papirus, 2003.

FRIGOTTO, G. Juventude, trabalho e educação no Brasil: perplexidades, desafios e perspectivas. In: NOVAES, R.; VANNUCHI, P. *Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004. p. 180-216.

CAMPELLO, Ana Margarida de Mello Barreto; LIMA FILHO, Domingos Leite. Educação Profissional. In: PEREIRA, Isabel Brasil; LIMA, Júlio César França.

CUNHA, Luiz Antônio. As raízes da escola de ofícios manufatureiros no Brasil – 1808/1820. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, v. 3, n. 2, p.5-27, abr./jun, 1979.

BRASIL: Carta Mensal Educacional – Constituição Federal de 1937 – Disponível em : [http://www.ipae.com.br/pub/pt/cme/cme\\_162/principal.htm](http://www.ipae.com.br/pub/pt/cme/cme_162/principal.htm) (Acesso em 03/05/2018)

BRASIL. Ensino Técnico – Mais de um século de Tradição – Disponível em: <HTTP://www.inofescola.com/educacao/ensino-tecnico-mais-de-um-seculo-de-tradicao> (Acesso em 03/05/2018)

BRASIL. Colégio das Fábricas. Disponível: <http://mapa.an.gov.br/index.php/dicionario-periodo-colonial/155-colegio-das-fabricas> (Acesso em 03/05/2018)

REGATTIERI, Marilza e CASTRO, Jane Margareth. Ensino Médio e Educação Profissional – Desafios e Integração. Editora UNESCO -Brasília DF. 2010. Disponível em <http://unesdoc.unesco.org/images/0019/001923/192356por.pdf> (Acesso em 03/05/2018)

CUNHA, Luiz Antônio. As raízes da escola de ofícios manufatureiros no Brasil – 1808/1820. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1979.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnologia. *Subsídios para o processo de discussão da proposta de anteprojeto de lei da educação profissional e tecnológica*. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/subs\\_02fev05.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/subs_02fev05.pdf) (Acesso em 18/05/2018)

BRASIL: Educação Profissional Facilita a Entrada no Mercado de Trabalho Disponível em: <http://www.portaldaindustria.com.br/agenciacni/noticias/2013/07/educacao-profissional-facilita-ingresso-no-mercado-de-trabalho/> (Acesso em 18/05/2018)

BRASIL: Trabalho e Educação Formação Profissional e Mercado de Trabalho - São Paulo – Nobel .2000. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/pnad\\_eja.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/pnad_eja.pdf) (Acesso em 22/05/2018)

Gráfico 1 Disponível em : [http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/pnad\\_eja.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/pnad_eja.pdf) (Acesso em 23/05/2018)

Gráfico 2 Disponível em:

[http://www.cps.fgv.br/ibrecps/VOT2/Vot2\\_CPS\\_slides2\\_apresentada\\_l2.pdf](http://www.cps.fgv.br/ibrecps/VOT2/Vot2_CPS_slides2_apresentada_l2.pdf) (Acesso em 23/05/2018)

SENAI, Mapa do Trabalho Industrial. Disponível em:

<http://www.portaldaindustria.com.br/agenciacni/noticias/2012/09/industria-precisara-de-72-milhoes-de-tecnicos-ate-2015-1/> (Acesso em 08/05/2018)

SENAI. Entrevista com o Diretor do Disponível em: <http://www.ap.senai.br/?p=30300> (Acesso em 09/06/2018)